

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 24 de fevereiro de 2015 às 07h42
Seleção de Notícias

Valor Econômico | BR

Direitos Autorais

A perigosa agenda digital chinesa	3
--	----------

OPINIÃO

G1 - Globo | BR

23 de fevereiro de 2015 | Marco regulatório | INPI

PF investiga golpe contra pessoas que registraram marca no Inpi	5
--	----------

BOM DIA BRASIL

Envolverde | SP

23 de fevereiro de 2015 | Pirataria | Biopirataria

Adeus aos índios e à biodiversidade	6
--	----------

AMBIENTE

A perigosa agenda digital chinesa

OPINIÃO



Por **Robert Atkinson e Paul Hofheinz**

Quando ações da Alibaba, gigantesca companhia chinesa de e-commerce, começaram a ser negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) no fim do ano passado, a empresa tornou-se, de um dia para outro, a 17ª maior empresa de capital aberto no mundo, com uma capitalização de mercado de US\$ 230 bilhões - maior que as da Amazon, eBay ou Facebook. A Europa, porém, parece não ter notado.

Com efeito, em vez de reagir à ascensão digital da China, a União Europeia permanece focada no êxito mundial de plataformas americanas como a Amazon, Facebook e Google, ameaçando até mesmo com medidas punitivas contra elas. Alguns meses após a oferta pública inicial de ações (IPO) da Alibaba, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução sem força de lei para evitar que empresas online, como o Google, "abusem" de sua posição no mercado. A resolução defendeu uma separação entre "serviços de busca e outros serviços comerciais".

Mas há crescentes evidências de que o verdadeiro confronto competitivo para a Europa virá do Oriente, especialmente da China, que está assumindo uma

abordagem protecionista e expansionista para assegurar o seu futuro predomínio digital. Se a União Europeia e os EUA não colaborarem para conter a China nesse front, correrão o risco de deixar o campo de jogo totalmente aberto a um regime regulatório baseado em princípios que contestam frontalmente os valores fundamentais das duas maiores economias do Ocidente.

A China vale-se de normas tecnológicas como barreiras de mercado, emprega suas leis antimonopólio para assediado empresas americanas e europeias, fora o roubo de valiosa propriedade intelectual, inclusive por meio de invasões apoiadas pelo governo

Não há nenhuma dúvida sobre o sucesso da China na economia da internet. Com a Alibaba, a China tem 27 "unicórnios" (empresas avaliadas em US\$ 1 bilhão na esteira de um IPO, venda ou rodada de captação de financiamento declarada publicamente), ao passo que a Europa tem apenas 21. São também chineses quatro dos dez sites mais visitados no mundo. A Baidu, serviço de buscas líder no país, prevê que metade de sua receita virá de fora da China num prazo de apenas seis anos.

Sem dúvida, a China ainda está muito atrás dos EUA com os seus 79 "unicórnios" na esfera digital. Mas representa uma ameaça maior à abertura e competitividade no setor, pois seus líderes dependem de mercantilismo e protecionismo para promover seus objetivos de alta tecnologia.

Por exemplo, o plano do Conselho de Estado chinês para assegurar que o país até 2030 seja líder mundial na produção de semicondutores envolverá o fornecimento de pelo menos 20 bilhões (US\$ 22,6 bilhões) em subsídios do governo a empresas de propriedade chinesa, bem como contratos discriminatórios para excluir seus concorrentes estrangeiros. Da mesma forma, o governo chinês

Continuação: A perigosa agenda digital chinesa

comprometeu ? 640 bilhões de euros por ano durante cinco anos para apenas sete "setores estratégicos emergentes", entre eles tecnologias de informação e comunicações.

Além disso, a China vale-se de normas tecnológicas como barreiras de mercado, ao mesmo tempo em que emprega suas leis antimonopólio para assediar empresas americanas e europeias. Se a isso acrescentarmos o roubo de valiosa propriedade intelectual europeia e americana, inclusive por meio de invasão, apoiada pelo governo, de computadores de empresas europeias, concluiremos que a ameaça que a China representa à concorrência aberta não poderia ser mais clara.

Mas o problema não é confinado às fronteiras da China. O "Consenso de Pequim" - as políticas chinesas de orientação estatista, frequentemente contrastada com o "Consenso de Washington", caracterizado por políticas favoráveis ao mercado largamente defendidas pela Europa e pelos EUA - está inspirando um número crescente de países a conceder privilégios e subsídios a suas "campeãs" de tecnologia nacionais. Talvez o mais problemático seja que a influência chinesa está fomentando apoio a uma balcanização da internet - uma fragmentação da internet mundial, produzindo redes nacionais menores e fechadas - em uma série de países, inclusive em participantes-chave, como Brasil, Rússia e Turquia, e chega a ter simpatizantes na Europa.

Tal "localização" de dados pode parecer inofensiva, especialmente quando apresentada como reação legítima a revelações sobre monitoramento extremamente invasivo por parte de agências como a Agência de Segurança Nacional dos EUA. E, ao promover um ambiente nacional em nuvem "seguro",

isso é exatamente o que os formuladores de políticas estão tentando fazer.

Mas esses são argumentos fracos, usados como justificativa para solapar uma das maiores inovações contemporâneas e um dos mais eficazes motores de crescimento econômico, especialmente tendo em conta que ataques de hackers podem ser originados, e efetivamente o são, de qualquer lugar. De fato, os mais graves crimes cibernéticos originam-se precisamente desses países, inclusive da China e da Rússia, que lideram o movimento de balcanização.

O caminho mais eficaz no sentido de acelerar a ascensão digital chinesa é pavimentado por desacordos transatlânticos em torno de questões relativamente pequenas. Quer se trate de dados ou de **direitos autorais**, "internet das coisas" ou privacidade, a UE e os EUA precisam chegar a acordo sobre um caminho comum - baseado em valores comuns, como democracia, Estado de direito e liberdade de expressão. Do contrário, a China em breve estará ditando os termos comerciais do setor econômico em mais rápido crescimento no mundo. Se sociedades abertas e pluralistas não se posicionarem em defesa de uma internet aberta e de comércio baseado no mercado, quem o fará? **(Tradução de Sergio Blum)**

Robert D. Atkinson é o fundador e presidente da Information Technology and Innovation Foundation, um think tank com sede em Washington.

Paul Hofheinz é presidente do Conselho de Lisboa, um think tank com sede em Bruxelas. Copyright: Project Syndicate, 2015.

www.project-syndicate.org

PF investiga golpe contra pessoas que registraram marca no Inpi

BOM DIA BRASIL

Criminosos conseguiram o endereço delas e enviaram cobranças ilegais.

Instituto diz que em 2014 foram mil denúncias de tentativas de golpes.

A Polícia Federal investiga um golpe contra centenas de pessoas que registraram uma marca no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, o **Inpi**. Criminosos conseguiram dados pessoais delas, como endereço, e enviaram cobranças ilegais.

O empresário, que preferiu não se identificar, por pouco não caiu no golpe. Dias depois de registrar a marca de uma empresa no **Inpi** ele recebeu em casa um boleto para o pagamento de uma suposta taxa em nome do instituto, mas desconfiou. Eu achei estranha essa cobrança, o que me chamou atenção também foi a impressão mal feita desses boletos, até meio torto. Eu entrei em contato direto diretamente com o **Inpi** para saber a respeito dessa cobrança e eles me informaram que essa cobrança era indevida mesmo, afirma.

O empresário não pagou, mas os golpistas insistiram e a taxa veio ainda mais alta. Dessa vez no valor de R\$ 597. Era uma coisa meio que como se fosse um procedimento normal, natural para que a marca fosse incluída, explica.

Um músico de Vitória também recebeu os boletos em casa durante o processo de registro de uma banda de pagode. Pagou três taxas que somaram R\$ 1 mil, mas estranhou a última cobrança. Entrei no site do **Inpi** certinho, lá eu vi que o **Inpi** não tem empresa cadastrada para recebimento ou enviar boletos. E os valores muito abusivos, muito altos, lembra.

Estes não são casos isolados. Segundo o **Inpi**, no ano passado, foram mil denúncias de tentativas de golpes contra pessoas que registram patentes. O **Inpi** não telefona, não manda boleto, não manda e-mail. Qualquer contato que você tiver provavelmente não é do **Inpi**. A única forma de você pagar uma taxa do **Inpi** é entrar no nosso site e você mesmo emitir o seu boleto. Se você está recebendo um boleto que não sabe o que é, não foi o **Inpi**, afirma o assessor Otávio Beaklini.

O instituto identificou 107 empresas de consultoria que forjam ser um órgão oficial, mas que não têm qualquer relação com o **Inpi**. Por isso, o empresário que desconfiar de uma possível fraude deve checar a listagem dessas empresas no site do instituto e procurar a polícia.

A gente solicita que entre no nosso site e denuncie para avisar, para deixar os demais usuários alertados do problema e do nome das empresas, pede o assessor.

Adeus aos índios e à biodiversidade

AMBIENTE

Sai década, entra década e não mudamos. Nosso mundo institucional continua cego e surdo ao que convenções e tratados, além de relatórios de pesquisadores, têm dito: a biodiversidade é um dos bens mais decisivos; sem ela, não só perderíamos a possibilidade de manutenção e reposição das espécies, como afetaríamos tudo o que está ao redor bens naturais, recursos hídricos, regime do clima. E depois da Convenção da Biodiversidade (ONU), da qual o Brasil é signatário (1992), vários outros documentos têm enfatizado que o caminho mais eficaz para a conservação da biodiversidade está nas reservas indígenas, mais eficazes até que reservas, parques e outras áreas protegidas. Parece que nada disso existe. A Câmara dos Deputados aprovou e vai ao Senado emenda ao substitutivo do ruralista Alceu Moreira (PMDB-RS) para o projeto de lei do Executivo (7.735/2014) que facilita o acesso de pesquisadores e de empresas aos **recursos genéticos** e conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e agrobiodiversidade, sem consentimento prévio informado, ao contrário do que se pensara exigir. E isso é fruto de acordo para permitir maiores ganhos a indústrias farmacêuticas e de cosméticos, além de agroindústrias com prejuízos para povos e/ou grupos que detêm esses conhecimentos, principalmente grupos indígenas. Para ficar mais claro: em certos casos, basta uma palavra para abrir à apropriação de terceiros esses conhecimentos basta, por exemplo, chegar a um grupo indígena e ouvir de um de seus membros que esta ou aquela planta ali é usada tradicionalmente para tratar desta ou daquela doença. Sem precisar de consentimento prévio informado e de pagar. Isso também anula em parte o reconhecimento do papel fundamental de índios e comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade de vegetais, animais, micro-organismos, óleos, resinas, frutos da floresta. E dificulta que o Brasil venha a ratificar a Convenção de Nagoya, de 2010, que protege esses conhecimentos e exigiria o consentimento prévio às informações e a repartição justa e equitativa da exploração. Mas no substitutivo apro-

vado que teve manifestação contrária da Fundação Nacional do Índio substituiu-se esse consentimento prévio informado por anuência prévia, além de substituir poder de decisão por participar da tomada de decisões. Não bastasse, o presidente da Câmara dos Deputados confirmou (Instituto SocioAmbiental, 5/2) que será desarquivada, a pedido da bancada ruralista, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere do governo federal (Funai) para o Congresso a última palavra sobre a oficialização e demarcação de terras indígenas, unidades de conservação e territórios quilombolas. Os índios podem perder, por essa nova via, o que a própria Constituição de 1988 lhes assegurou. Mas acata-se a visão da ministra da Agricultura, Kátia Abreu, segundo quem a PEC 215 não é risco, já que os índios saíram da floresta e passaram a descer para áreas de produção. Por que, então, não continuar desmatando na Amazônia e no Cerrado, principalmente? Por que não expandir as pastagens, embora apenas 40% dessas pastagens (Amazonia.org.br Radiografia das Pastagens, estudo conjunto com a Universidade Federal de Goiás e a Secretaria de Assuntos Estratégicos do Paraná) estejam em boas condições e 12% sejam vulneráveis a uma seca prolongada? Em geral, afirma o estudo, a gestão dessas pastagens é ineficiente e a média ali é de apenas uma rês por hectare (fora do Brasil a média chega a seis cabeças por hectare). E só no Cerrado já são 700 mil quilômetros quadrados de pastagens. Ao todo, o Brasil tem mais de 210 milhões de cabeças de gado bovino em 160 milhões de hectares de pastagens. Um dos produtos finais desse processo está nas taxas de desmatamento da Amazônia (embora em 2014 tenham diminuído 83% em relação a 2012). Entre 1988 e 2012 foram 15.871 quilômetros quadrados médios por ano; de 2004 a 2012, 4.571 quilômetros quadrados (Painel de Indicadores Ambientais, Ministério do Meio Ambiente, 19/12/14). Mas o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) lembra que em 2013 elas aumentaram 28%. E que importância tem tudo isso pensarão os defensores da PEC 215 na questão dos re-

Continuação: Adeus aos índios e à biodiversidade

cursos hídricos, que hoje estão no centro dos nossos dramas? Principalmente no Cerrado, onde o desmatamento e a impermeabilização dificultam a infiltração de água no subsolo, onde nascem rios que correm para as três grandes bacias brasileiras. Só lhes importa dizer que a agropecuária responde por mais de 20% do PIB brasileiro, gera mais de R\$ 1,1 trilhão, e a pecuária produz 30% disso tudo, ante 70% da agricultura (Mapa, 29/12/14). Como se não houvesse outras graves questões a ser também consideradas. Satélites artificiais não estão detectando mais de 4 mil focos de queimadas em áreas de vegetação (IG-DNews, 4/2/15), o número mais elevado desde maio de 1999? Mas importante, para os defensores do economicismo à outrance, seria lembrar apenas que vamos criar em 2015, em mais 2,2 milhões de hectares amazônicos, novos projetos de exploração de florestas públicas embora muitas das que já foram implantadas tenham sido processadas pelo Ibama e outros órgãos por extração de madeira muito além dos limites permitidos. Afinal, argumentam os defensores desses caminhos, o Brasil precisa produzir mais madeira, ainda que já tenhamos ultrapassado o milhão de metros cúbicos anuais (só no que é visitado e controlado). E não bastasse, cuida-se tam-

bém da liberação de variedades transgênicas de eucalipto. Talvez os pais da ideia devessem conversar com proprietários no Cerrado que lamentam haver entrado por esse caminho, que tem levado ao desaparecimento de nascentes pois não se tem estudos sobre o ciclo hidrológico completo do eucalipto, que chega a 30 anos, para saber qual é o uso total de recursos hídricos. * *Washington Novaes é jornalista.* ** **Publicado originalmente no site O Estado de S. Paulo.** (O Estado de S. Paulo) [] Voltar deixe um comentário NOME (REQUERIDO) EMAIL (NÃO SERÁ PUBLICADO) (REQUERIDO) SITE **avisar se houver novos comentários**

Deixe seu comentário Clique aqui para cancelar a resposta.

Nome (obrigatório)

E-mail (não será publicado) (obrigatório)

Website

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3

Marco regulatório | INPI

5

Pirataria | Biopirataria

6